



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**  
**Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

## **270<sup>a</sup> Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS**

**Ata da ordem do dia 07 e 08 de outubro de 2018**

**Brasília – DF**

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**  
**Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

**Ata da 270ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS**

**Local:** Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, 1º Andar. Brasília – DF.

**Data:** 07 e 08/11/2018

1 Aos sete e oito dias do mês de novembro de dois mil e dezoito realizou-se a 270ª Reunião Ordinária  
2 do Conselho Nacional de Assistência - CNAS, sob a Coordenação da Conselheira Titular Karoline  
3 Aires Ferreira, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e  
4 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. Estiveram presentes os seguintes  
5 Conselheiros (as) Titulares e Suplentes: Conselheira Titular Karoline Aires Ferreira, Vice-  
6 Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante do Ministério do  
7 Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira Suplente Renata Aparecida Ferreira, Representante  
8 do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira Titular Maria Yvelônia dos Santos  
9 Araújo Barbosa, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira  
10 Suplente Mirian da Silva Queiroz Lima, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social –  
11 MDS; Conselheiro Titular Bruno Henrique Benfica da Câmara Pinto, Representante do Ministério  
12 do Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira Titular Raquel de Fátima Antunes Martins,  
13 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira Suplente Ana Heloísa  
14 Viana Silva Moreno, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira  
15 Suplente Marília Paiva de Carvalho, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social –  
16 MDS; Conselheira Titular Leísa Mendes de Sousa, Representante do Fórum Nacional dos  
17 Secretários (as) de Estado da Assistência Social – FONSEAS; Conselheira Titular Marisa  
18 Rodrigues da Silva, Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência  
19 Social – CONGEMAS; Conselheira Suplente Thereza de Lamare Franco Netto, Representante do  
20 Ministério da Saúde; Conselheiro Suplente Josenildo André Barboza, Representante do Colegiado  
21 Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS; Conselheiro Suplente  
22 Vandrê Luiz Meneses Brilhante, Representante do Centro Integrado de Estudos e Programas de  
23 Desenvolvimento Sustentável – CIEDS; Conselheiro Titular Maurício José Silva Cunha,  
24 Representante do Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral – CADI; Conselheira Titular  
25 Rozangela Borota Teixeira, Representante da Federação Brasileira de Associações

26 Socioeducacionais de Adolescentes – FEBRAEDA; Conselheira Suplente Ivone Maggioni Fiore,  
27 Representante da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais –  
28 FENAPAES; Conselheira Titular Sandra Regina Ferreira Barbosa, Representante da Federação  
29 Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas –  
30 FENATIBREF; Conselheira Suplente Vânia Maria Machado, Representante da Federação Nacional  
31 dos Psicólogos - FENAPSI; Conselheiro Suplente Vandrê Luiz Meneses Brilhante, Representante  
32 do Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável – CIEDS;  
33 Conselheiro Titular Benedito Augusto de Oliveira, Representante da Confederação Nacional dos  
34 Trabalhadores em Seguridade Social da CUT - CNTSS/CUT; Conselheira Suplente Irene Rodrigues  
35 da Silva, Representante da Confederação dos (as) Trabalhadores (as) no Serviço Público Municipal  
36 - CONFETAM/CUT; Conselheira Titular Margareth Alves Dallaruvera, Representante da  
37 Federação Nacional dos Assistentes Sociais - FENAS; Conselheira Suplente Ana Lúcia Soares,  
38 Representante da Associação Brasileira de Terapeutas Ocupacionais – ABRATO; Conselheira  
39 Titular Aldenora Gomes González, Representante do Instituto Eco Vida; Conselheira Suplente  
40 Tathiane Aquino de Araújo, Representante da Rede Nacional das Pessoas Trans do Brasil –  
41 REDETRANS; Conselheira Titular Solange Bueno, Representante do Fórum Nacional dos Usuários  
42 do SUAS; Conselheiro Suplente Aguinaldo Umberto Leal, Representante do Fórum Regional dos  
43 Usuários do SUAS da Amazônia Oriental – FORUSUAS/AOR; Conselheiro Titular Clóvis Alberto  
44 Pereira, Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil – ONCB; Conselheira Suplente  
45 Jani Betânia Souza Capibaribe, Representante da Associação Brasileira de Autismo - ABRA.  
46 **ABERTURA 07/11/2018:** A Conselheira Titular Karoline Aires Ferreira, Vice-Presidente do  
47 Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante do Ministério do  
48 Desenvolvimento Social – MDS, iniciou a reunião cumprimentou a todos e solicitou que a  
49 Secretária Executiva do CNAS realizasse a verificação do quórum. A Sra. Maria das Mercês de  
50 Avelino Carvalho, Secretária Executiva do CNAS, verificou o quórum e indicou que justificaram a  
51 ausência os seguintes conselheiros: Conselheira Marília Vilarde Mazeto, nessa reunião ordinária,  
52 por motivos de férias; Conselheira Leísa Mendes de Sousa, nessa reunião ordinária por motivos  
53 particular; a Conselheira Renata Aparecida Ferreira, nessa reunião ordinária, por compromissos  
54 institucionais; Conselheira Maíra Leilane Oliveira Almeida, nessa reunião ordinária, por  
55 compromissos institucionais; o Conselheiro Maurício José Silva Cunha, na Reunião do GT  
56 “Incidência Política”, no dia 05 de novembro de 2018, por motivos institucionais; Conselheiro

57 Allan Camello Silva, nessa reunião ordinária, por motivo de saúde; a Conselheira Norma Suely de  
58 Souza Carvalho, nessa reunião ordinária, por motivos institucionais. A Vice-Presidente Karoline  
59 Aires Ferreira colocou para apreciação dos conselheiros a colocou a Ata da 269ª Reunião Ordinária  
60 do CNAS, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida, informou que a pauta da 270ª Reunião  
61 Ordinário do CNAS sofreu algumas alterações e está composta pelos seguintes itens: Dia  
62 07/11/2018: das 09h00min às 12h00min – Incidência Política “2º Ato em Defesa do Orçamento do  
63 SUAS”; das 14h00min às 16h00min - Cenário atual dos serviços e atendimentos à População em  
64 Situação de Rua; das 16h00min às 16h30min - Informes da Presidência/Secretaria Executiva, MDS,  
65 FONSEAS, CONGEMAS, CIT e Conselheiros; das 16h30min às 17h00min - Relato da Comissão  
66 de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda; das 17h00min às 18h30mim – Relato  
67 da Comissão de Política da Assistência Social e Relato da Reunião Conjunta das Comissões de  
68 Política da Assistência Social e de Normas da Assistência Social. Dia 08/11/2018: das 09h00min às  
69 10h30min – Relato da Presidência Ampliada; das 10h30min às 12h30mim - Relato da Comissão de  
70 Financiamento e Orçamento da Assistência Social e Relato da Reunião conjunta das Comissões de  
71 Financiamento e Orçamento da Assistência Social e de Acompanhamento aos Conselhos da  
72 Assistência Social; das 14h00min às 15h30min - Relato da Comissão de Acompanhamento aos  
73 Conselhos da Assistência Social; das 15h30min às 16h30min - Relato da Comissão de  
74 Monitoramento das Deliberações das Conferências de Assistência Social; das 16h30min às  
75 18h00min - Relato da Comissão de Normas da Assistência Social. Explanou que o representante do  
76 Movimento Nacional de População em Situação de Rua não poderá comparecer nesse dia e  
77 solicitou que o item fosse transferido para o segundo dia de reunião, às 09h00min e que, o Relato da  
78 Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências de Assistência Social seria  
79 realizado no período da tarde desse dia, no horário de 14h00min as 16h00min. A Conselheira Maria  
80 Yvelônia dos Santos Araújo Barbosa, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social –  
81 MDS, apontou que haverá a participação da SNAS na apresentação do cenário atual dos serviços e  
82 atendimentos à População em Situação de Rua, entretanto, explicou que estará presente na Reunião  
83 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP no período da manhã do dia 08  
84 de novembro para representar o CNAS na discussão da Resolução Conjunta CNPCP e CNAS, que  
85 qualifica o atendimento socioassistencial às famílias de pessoas encarceradas e egressas do Sistema  
86 Penitenciário no SUAS. A Vice-Presidente Karoline Aires Ferreira sugeriu que o item seja  
87 apreciado no primeiro horário do período da tarde e a Conselheira Solange Bueno, Representante do

88 Fórum Nacional dos Usuários do SUAS, explicou que foi realizada essa alteração de horário devido  
89 o representante do Movimento Nacional de População em Situação de Rua estar participando do  
90 Encontro da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, afirmando que o único horário disponível é  
91 no período da manhã. Após alguns debates sobre a questão, a Vice-Presidente Karoline Aires  
92 Ferreira elucidou que a Conselheira Maria Yvelônia dos Santos Araújo Barbosa tentará inverter a  
93 pauta da Reunião do CNPCP, mantendo o horário da apresentação do cenário atual dos serviços e  
94 atendimentos à População em Situação de Rua no período da manhã do dia 08 de novembro, sendo  
95 que tentarão realizar alguns relatos das comissões no período da tarde desse dia. Não havendo mais  
96 nenhuma consideração, a pauta da 270ª Reunião Ordinária do CNAS foi aprovada por unanimidade.  
97 Realizada a Incidência Política “2º Ato em Defesa do Orçamento do SUAS” no Congresso  
98 Nacional, a Vice-Presidente Karoline Aires Ferreira informou que os informes da Secretária  
99 Executiva do CNAS foram encaminhados por *e-mail* e os informes do MDS também serão  
100 encaminhados por *e-mail*. Destacou que a Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS está  
101 programando um evento de aniversário da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS para o dia 07  
102 de dezembro de 2018, sendo que será convidado um representante de cada segmento da Sociedade  
103 Civil do CNAS. Não havendo informes do FONSEAS, do CONGEMAS e da CIT, passou-se aos  
104 informes dos conselheiros. A Conselheira Tathiane Aquino de Araújo, Representante da Rede  
105 Nacional das Pessoas Trans do Brasil – REDETRANS, comunicou que será realizado o Seminário  
106 Nacional de Prevenção combinada para População Trans em Porto Alegre/RS, dos dias 16 a 18 de  
107 novembro de 2018, que discutirá sobre a inclusão social, solicitando que seria importante a sua  
108 participação como representante desse Conselho. A Vice-Presidente Karoline Aires Ferreira  
109 postulou que essa questão será incluída no relato da Presidência Ampliada, para que seja deliberada  
110 sobre a sua participação. A Conselheira Margareth Alves Dallaruvera, Representante da Federação  
111 Nacional dos Assistentes Sociais – FENAS, comunicou que será realizado um evento da FENAS no  
112 Rio de Janeiro, nos dias 23 e 24 de novembro de 2018, em que serão realizados debates importantes  
113 sobre o SUAS e sobre a necessidade de movimentos de resistência em face da atual conjuntura  
114 vivida pelo país. Lembrou que, na reunião da Presidência Ampliada, haviam consensuado que  
115 tentariam construir uma grande frente em defesa do SUAS no Ato em Defesa ao Orçamento do  
116 SUAS, entretanto, não foi dado encaminhamento a essa questão. A Conselheira Marisa Rodrigues  
117 da Silva, Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social –  
118 CONGEMAS, explicou que a Senadora Fátima Bezerra antecipou a agenda e alguns conselheiros

119 tiveram que se deslocar, todavia, informou que tiveram a oportunidade de fazer esse registro nessa  
120 agenda. A Vice-Presidente Karoline Aires Ferreira ilustrou que conversaram com o Deputado  
121 Danilo Cabral da Frente Parlamentar em Defesa do SUAS, salientando que todos entenderam que a  
122 ideia da formação de um grupo amplo para conversar com o governo de transição seria pertinente.  
123 Complementou que não deixaram nenhuma medida concluída, uma vez que existe a necessidade de  
124 identificar os atores dentro da equipe de transição que podem fazer o contato. O Conselheiro Clóvis  
125 Alberto Pereira, Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil – ONCB, informou  
126 que a ONCB realizará um evento em São Pessoa/PB, dos dias 07 a 09 de dezembro de 2018, para  
127 discutir a questão da empregabilidade da pessoa com deficiência visual através do Programa Ágora  
128 Brasil, em que também será comemorado o aniversário da LOAS, inclusive, fazendo a entrega da  
129 Cartilha do SUAS em formato em braile. A Vice-Presidente Karoline Aires Ferreira informou que  
130 será realizada uma Oficina Colaborativa sobre Plano Individual de Atendimento de Medidas  
131 Socioeducativas em Meio Aberto, nos dias 26 e 27 de novembro de 2018, com a participação dos  
132 coordenadores e técnicos municipais, estaduais e do Distrito Federal. Explicou que, não havendo a  
133 possibilidade de participação da Presidente e da Vice-Presidente, é necessário indicar um  
134 conselheiro, questionando se existe alguém interessado a participar da mesma. A Conselheira Maria  
135 Yvelônia dos Santos Araújo Barbosa complementou que boa parte das Medidas Socioeducativas em  
136 Meio Aberto acontece no âmbito da Política de Assistência Social, visto que existe a dificuldade de  
137 se ter um modelo norteador para elaboração do Plano Individual de Atendimento e a ideia dessa  
138 reunião é criar um modelo que seja acolhido pelos municípios. A Vice-Presidente Karoline Aires  
139 Ferreira solicitou que os representantes da Sociedade Civil decidam qual será a indicação e informe  
140 posteriormente. Prosseguindo para o relato da V Reunião Ordinária da Comissão de Monitoramento  
141 das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social realizada no dia 05 de  
142 novembro de 2018, a Conselheira Aldenora Gomes González, Representante do Instituto Eco Vida,  
143 elencou os conselheiros e membros da Secretária Executiva presentes e discorreu que foi debatido o  
144 seguinte item de pauta: Continuidade da apresentação da pré-classificação das deliberações da 11ª  
145 Conferência Nacional de Assistência Social. Encaminhamentos: 01) Propor à Presidência Ampliada  
146 reunião extraordinária da Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências  
147 Nacionais no dia 19 de dezembro 2018, com a presença dos integrantes da Comissão de  
148 Monitoramento e dos Coordenadores das Comissões Temáticas do CNAS; 02) Encaminhar para a  
149 SE/CNAS o instrumental de monitoramento para que as Comissões Temáticas realizem o

150 preenchimento no campo “Ações” de acordo com o Plano de Ação de cada Comissão com o prazo  
151 para devolutiva até o dia 14 de dezembro de 2018; 03) Havendo reunião no dia 19 de dezembro, a  
152 Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais apresentará o  
153 documento final ao Pleno do CNAS na reunião de fevereiro/2019. Não havendo nenhuma  
154 manifestação, o relato da V Reunião Ordinária da Comissão de Monitoramento das Deliberações  
155 das Conferências Nacionais de Assistência Social foi aprovado por unanimidade. Seguindo para o  
156 relato da VI Reunião Ordinária da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de  
157 Renda, o Conselheiro Bruno Henrique Benfica da Câmara Pinto, Representante do Ministério do  
158 Desenvolvimento Social – MDS, elencou os conselheiros, convidados e membros da Secretaria  
159 Executiva presentes e informou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item I)  
160 Apresentação dos desafios na gestão e operacionalização do BPC frente à legislação vigente e  
161 apresentação do perfil dos beneficiários do BPC não incluídos no Cadastro Único até o presente  
162 momento. Encaminhamentos: 01) A Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência  
163 de Renda submete à aprovação da Plenária do CNAS a minuta de Resolução, a qual dispõe sobre a  
164 notificação dos beneficiários do BPC não inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do  
165 Governo Federal – CadÚnico até o final de 2018, para que se apresentem, de forma escalonada por  
166 mês de aniversário, em lotes trimestrais, para inscrição no CadÚnico; 02) Convidar a Dra. Ana  
167 Cristina, Presidente do Conselho de Recursos do Seguro Social – CRSS, para apresentar na  
168 Comissão, em fevereiro de 2019, as seguintes informações: quantitativo e status dos recursos de  
169 beneficiários do BPC em análise no INSS, e estrutura e funcionamento do CRSS; 03) Levar à  
170 consideração da Presidência Ampliada à sugestão de elaboração de Nota do CNAS em defesa do  
171 BPC, considerando que a discussão sobre o BPC tende a voltar no âmbito da Reforma da  
172 Previdência, considerando os seguintes aspectos: o que é o BPC no âmbito da Seguridade Social; o  
173 que significa o BPC na discussão da pauta fiscal do Governo Federal; 04) Levar à consideração da  
174 Presidência Ampliada à inclusão de Informes nas agendas das reuniões regionais e descentralizada e  
175 ampliada, tratando dos encaminhamentos de escalonamento do cadastramento dos beneficiários do  
176 BPC no CadÚnico, da campanha e da atuação de defesa incondicional do BPC; Item II)  
177 Apresentação do documento “Orientações Técnicas sobre os Benefícios Eventuais”, ora em  
178 consulta pública. Encaminhamentos: 01) Sugerir ao MDS que deixe claro, no *site*, o procedimento  
179 de consulta pública, sobretudo o que será feito com as contribuições à que foram apresentadas pelos  
180 cidadãos mediante a consulta; 02) Sugerir ao Pleno do CNAS que divulgue para os Conselhos de

181 Assistência Social o *link* da Consulta Pública das “Orientações Técnicas – Benefícios Eventuais no  
182 SUAS”, que terá o prazo para envio de contribuição ao documento até 19 de novembro de 2018; 03)  
183 Sugerir que os conselheiros e segmentos representados no Conselhos de Assistência Social possam  
184 também divulgar a consulta pública em suas redes; 04) Propor ao Pleno do CNAS que se produza  
185 um “CNAS Informa” sobre a consulta pública; 05) Sugerir que a Comissão de Acompanhamento de  
186 Benefícios e Transferência de Renda monitore o processo de consulta pública e faça a interlocução  
187 periódica com os Conselhos Estaduais e Municipais, visando ampliar e aprimorar a normatização  
188 dos Benefícios Eventuais, conforme modelo da proposta de Lei Municipal do SUAS, aprovada pela  
189 Resolução CIT nº 12, de dezembro de 2014; Item III) Balanço do Programa Bolsa Família – BPF:  
190 Evolução do impacto social do programa. Encaminhamentos: 01) Enviar aos conselheiros do CNAS  
191 a apresentação do balanço recente dos impactos sociais do Bolsa Família; 02) Solicitar à SENARC  
192 o encaminhamento de dados sobre o atendimento e o impacto na vida das famílias em relação às  
193 condicionalidades na área de saúde e de educação, bem como achados e estudos de impacto no PBF  
194 para que o CNAS possa dar ampla divulgação; Item IV) Proposta de pauta da Comissão (Reunião  
195 de Fevereiro de 2019): Apresentação do quantitativo e status de recursos dos beneficiários do BPC  
196 junto ao Conselho de Recursos do Seguro Social – CRSS, assim como apresentação da estrutura e  
197 funcionamento do CRSS; Apresentação do resultado da operacionalização da futura portaria sobre  
198 notificação e escalonamento dos beneficiários ainda não incluídos no Cadastro Único no final de  
199 2018; Posicionamento do CEAS/GO acerca da Portaria Conjunta nº 03/2018 – MDS; Retomada da  
200 discussão sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1023/2018, do Deputado Patrus Ananias (PT-  
201 MG) e outros, que sustam mudanças de regras e procedimentos para pagamento do BPC; Informe  
202 sobre a atualização do Caderno de Orientações aos Conselhos de Assistência Social para o Controle  
203 Social do BPC, Programa Bolsa Família e Benefícios Eventuais da Assistência Social. Abrindo para  
204 manifestações, o Conselheiro Clóvis Alberto Pereira compreendeu que é importante a consulta  
205 pública em relação ao documento “Orientações Técnicas sobre os Benefícios Eventuais” devido à  
206 necessidade de maior participação e entendimento. Consultou sobre a possibilidade de ampliação do  
207 prazo da consulta pública, para que outros agentes e municípios possam participar. A Conselheira  
208 Raquel de Fátima Antunes Martins, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social –  
209 MDS, observou que o prazo da consulta pública está bastante exíguo, porém, explicou que optaram  
210 por essa opção para conseguir publicar essa orientação ainda no exercício de 2018. Arrazouou que  
211 conseguiram um bom termo entre a gestão e a Sociedade Civil na Comissão em relação à proposta



212 realizada para os beneficiários do BPC ainda não incluídos no Cadastro Único, explicando a  
213 mesma. Ilustrou que a Gestão do Departamento de Benefícios Assistenciais – DBA ainda terá que  
214 avaliar a possibilidade de conseguir cumprir a proposta de que as notificações para defesa no  
215 âmbito do INSS, em razão da não inscrição no trimestral, sejam realizadas a partir de julho de 2019.  
216 A Conselheira Margareth Alves Dallaruvera parabenizou a Comissão pelo trabalho realizado e  
217 questionou quais serão as providências em relação às pessoas que estão pleiteando o BPC e a  
218 Conselheira Mirian da Silva Queiroz Lima, Representante do Ministério do Desenvolvimento  
219 Social – MDS, compreendeu que é necessário ter muita clareza em relação aos encaminhamentos de  
220 escalonamento do cadastramento dos beneficiários do BPC no Cadastro Único, para que não gere  
221 mais confusões nos eventos. A Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins esclareceu que o  
222 DBA e a Secretaria Nacional de Renda e Cidadania - SENARC estão cientes de que a demanda pelo  
223 Cadastro Único pode implicar na necessidade de uma fila, sendo que a ideia é agendar o  
224 cadastramento no INSS. Realizada a leitura da minuta de resolução, que dispõe sobre a notificação  
225 dos beneficiários dos Benefícios de Prestação Continuada – BPC ainda não inscritos no Cadastro  
226 Único para Programas Sociais do Governo Federal até o final de 2018, foram executadas as  
227 alterações necessárias e a Vice-Presidente Karoline Aires Ferreira colocou a mesma para apreciação  
228 dos conselheiros, a qual foi aprovada por unanimidade com as alterações realizadas. A Conselheira  
229 Solange Bueno manifestou que haviam consensuado a elaboração de uma nota em defesa do BPC,  
230 porém, não conseguirem contemplar essa questão e a Conselheira Raquel de Fátima Antunes  
231 Martins explanou que a ideia é aproveitar a Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS para  
232 elaborar essa nota. Depois de externadas toda as opiniões, foi deliberado à seguinte alteração do  
233 terceiro encaminhamento do Item I: *“Levar para deliberação da 271ª Reunião Ordinária de*  
234 *dezembro, em Recife/PE, sugestão de elaboração de Nota do CNAS em defesa do BPC,*  
235 *considerando que a discussão sobre o BPC tende a voltar no âmbito da Reforma da Previdência,*  
236 *considerando os seguintes aspectos: o que é o BPC no âmbito da Seguridade Social; o que significa*  
237 *o BPC na discussão da pauta fiscal do Governo Federal.”. Não havendo mais nenhuma*  
238 *manifestação, o relato da VI Reunião Ordinária da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e*  
239 *Transferência de Renda foi aprovado por unanimidade. Iniciando o relato da VII Reunião Ordinária*  
240 *da Comissão de Política da Assistência Social realizada no dia 06 de novembro de 2018, a*  
241 *Conselheira Margareth Alves Dallaruvera indicou os conselheiros, convidados, ouvintes e membros*  
242 *da Secretaria Executiva presentes e relatou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item I)*

243 Definição de Prioridades da Comissão de Política para 2019 – Perspectiva da Assistência Social em  
244 face da nova Conjuntura Nacional. Encaminhamentos: 01) A Comissão submete à Presidência  
245 Ampliada à avaliação de convidar, em fevereiro de 2019, o/a Ministro/a para o Pleno do CNAS e  
246 o/a Secretário/a da SNAS/MDS; 02) Que o CNAS encaminhe uma carta de apresentação para a  
247 nova gestão, elencando os pontos prioritários para o SUAS e o controle social; Item II) Definição da  
248 Pauta de fevereiro/2018: Diálogo com a Nova Gestão e Interface do SUAS com o Sistema de  
249 Justiça e Internação Compulsória. Realizada a leitura da Carta à Nova Gestão da Política de  
250 Assistência Social (2019-2022), foram realizadas algumas adequações necessárias. Diante algumas  
251 manifestações sobre a possibilidade de adiar a aprovação da carta para inclusão de mais subsídios, a  
252 Conselheira Maria Yvelônia dos Santos Araújo Barbosa esclareceu que o propósito dessa carta seria  
253 para deixar claro que todas as propostas de programa, de serviços e pactuações envolvendo a  
254 Política de Assistência Social deveriam ser apreciadas por este espaço. O Conselheiro Benedito  
255 Augusto de Oliveira, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade  
256 Social da CUT - CNTSS/CUT, acrescentou que a intenção dessa carta é provocar o debate na  
257 transição nesse momento, sugerindo que a mesma seja aprovada nessa reunião. A Conselheira  
258 Margareth Alves Dallaruvera sugeriu aprovar a carta com a possibilidade de incluir os dados  
259 quantitativos posteriormente e a Vice-Presidente Karoline Aires Ferreira propôs que a aprovação da  
260 carta seja realizada no final da reunião, para que sejam incluídos os dados necessários, o que foi  
261 aprovado. Não havendo mais nenhuma manifestação, o relato da VII Reunião Ordinária da  
262 Comissão de Política da Assistência Social foi aprovado por unanimidade. Prosseguindo para o  
263 relato da Reunião Conjunta da Comissão de Política e de Normas da Assistência Social realizada no  
264 dia 06 de novembro de 2018, a Conselheira Margareth Alves Dallaruvera elencou os conselheiros,  
265 convidados, ouvintes e membros da Secretaria Executiva presentes e discorreu que foi debatido o  
266 seguinte item de pauta: Revisão da Resolução CNPCP nº 02, de 08 de agosto de 2017.  
267 Encaminhamentos: 01) A Comissão de Política e de Normas da Assistência Social solicita à  
268 Presidência Ampliada à antecipação do Relato da Reunião Conjunta no Pleno do CNAS para o dia  
269 07 de novembro, na parte da tarde, considerando que o Conselho Nacional de Política Criminal e  
270 Penitenciária – CNPCP se reunirá no dia 08 de novembro, às 10h00min para apreciação da  
271 resolução que qualifica o atendimento socioassistencial às famílias de pessoas encarceradas e  
272 egressas do Sistema Penitenciário no SUAS, discutida e aprovada no dia de hoje; 02) A Comissão  
273 de Política e de Normas da Assistência Social submete à aprovação da Plenária do CNAS a referida

274 Resolução; 03) A Conselheira Maria Yvelônia Barbosa representará o CNAS na Reunião do  
275 Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPC se reunirá no dia 08 de novembro  
276 às 10h00min; 04) O CNAS sugere ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária –  
277 CNPC a revogação da Resolução CNPCP nº 02/2017; 05) Que a Nota Técnica sobre o tema, a ser  
278 construída em conjunto com a SNAS/MDS e o DEPEN, seja apreciada posteriormente no CNAS.  
279 Não havendo nenhuma manifestação, foi realizada a leitura da minuta da Resolução Conjunta  
280 CNPCP e CNAS, que qualifica o atendimento socioassistencial às famílias de pessoas encarceradas  
281 e egressas do Sistema Penitenciário no SUAS. A Conselheira Maria Yvelônia dos Santos Araújo  
282 Barbosa explicou que essa pauta chegou a Comissão devido a Resolução CNPCP nº 02 definir para  
283 onde deveria ser encaminhado os autos de infração na Assistência Social, o que causou muita  
284 estranheza. Ressaltou que essa resolução tratava apenas das mulheres, entretanto, ao longo dos  
285 debates entre o CNPCP e o CNAS foi consensuado abordar sobre pessoas encarceradas. A Vice-  
286 Presidente Karoline Aires Ferreira explanou que o CNPCP e o CNAS não possuem gerência sob a  
287 autoridade policial, sugerindo alterar o Art. 3º. Após vários debates sobre a proposta realizada pela  
288 Vice-Presidente, a Conselheira Maria Yvelônia dos Santos Araújo Barbosa informou que o CNPCP  
289 enfatizou por diversas vezes que seria muito importante que viesse a recomendação do Art. 3º para  
290 a delegacia, uma vez que é movimento do CNPCP sensibilizar as delegacias da importância do  
291 encaminhamento para a Política de Assistência Social. Após as explicações, a Vice-Presidente  
292 Karoline Aires Ferreira concordou em manter a redação original e não havendo mais nenhum  
293 apontamento, colocou a minuta de Resolução Conjunta CNPCP e CNAS para deliberação dos  
294 conselheiros, a qual foi aprovada por unanimidade. Aprovado relato da Reunião Conjunta da  
295 Comissão de Política e de Normas da Assistência Social, passou-se ao relato da VIII Reunião  
296 Ordinária da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social realizada no dia  
297 06 de novembro de 2018. A Conselheira Marisa Rodrigues da Silva elencou os conselheiros,  
298 ouvintes e membros da Secretaria Executiva presentes e explanou que foram debatidos os seguintes  
299 itens de pauta: Item I) Discussão sobre o ID/Conselhos. Encaminhamentos: 01) Solicitar à área de  
300 Vigilância Socioassistencial detalhamento sobre os fatores que ocasionam o crescimento do número  
301 de conselhos com o ID entre 1,0 e 0,2 entre 2016 e 2017; 02) Solicitar à área de Vigilância  
302 Socioassistencial estudo específico para o acompanhamento das questões que indiquem a superação  
303 das determinações do Acórdão TCU 2402/2017; 03) Encaminhar o material apresentado nesse  
304 ponto de pauta para os conselheiros e a Nota Técnica sobre o ID/Conselhos; Item II) Programação

305 das Reuniões Regionais. Encaminhamentos: 01) Discutir, na Presidência Ampliada, a definição dos  
306 palestrantes para os temas propostas, a saber: Tema 1: Importância estratégica dos Planos de  
307 Assistência Social; e Tema 2: Configurações e limites do orçamento da Assistência Social para  
308 2019; 02) Solicitar aos Grupos de Trabalho e às Coordenações da SE/CNAS a elaboração de  
309 informes que subsidiem os conselheiros nacionais que irão expor nas Reuniões Regionais no item  
310 da programação que trata dos principais temas que estão na agenda de trabalho do CNAS; 03)  
311 Elaboração de tabela/síntese para distribuição nas Regionais com a distinção dos instrumentos de  
312 planejamento contendo, como sugestão, as seguintes colunas: fundamento legal, atores envolvidos,  
313 momento de elaboração, horizonte temporal, destinatários, conteúdo obrigatório, referente ao Tema  
314 1 – Importância estratégica dos Planos de Assistência Social; Item III) Continuação da  
315 atualização/revisão e conclusão do Plano de Ação da CAC; Item IV) Pauta da próxima reunião:  
316 Definição dos responsáveis e prazos para as ações do Plano de Ação da CAC; Discussão sobre a  
317 revisão do Caderno de Orientações “Processo Eleitoral da Sociedade Civil nos CAS”. Apresentou-  
318 se a proposta de programação para as reuniões regionais do CNAS com os CEAS e o CAS/DF de  
319 2018, a qual foi aprovada por unanimidade. Não havendo nenhuma manifestação, o relato da VIII  
320 Reunião Ordinária da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social foi  
321 aprovado por unanimidade. Seguindo para o relato da Reunião Conjunta da Comissão de  
322 Financiamento e Orçamento e Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social  
323 realizada no dia 06 de novembro de 2018, a Conselheira Marisa Rodrigues da Silva expôs os  
324 conselheiros, convidados, ouvintes e membros da Secretaria Executiva presentes e postulou que  
325 debatido o seguinte item de pauta: Elaboração de estratégias de fortalecimento dos Conselhos:  
326 Cartilha com orientação para utilização dos 3% do IGD. Encaminhamentos: 01) A área técnica da  
327 SNAS incorporará no documento as seguintes sugestões feitas pelos conselheiros: i) Ampliar o  
328 leque de possibilidade de uso dos recursos descritos na cartilha; ii) Indicar o cálculo realizado para  
329 o percentual dos IGDs de forma a apurar os valores destinados ao fortalecimento do controle social  
330 (direta e objetiva) e colocar o *link* de acompanhamento dos recursos destinados aos conselhos; iii)  
331 Desenvolver o conceito de controle social e o papel dos Conselhos de Assistência Social; iv)  
332 Enfatizar a participação do usuário (indicados regras da LOAS); v) apresentar possibilidades de  
333 ações por parte dos Conselhos Municipais quando o recurso não é utilizado; vi) Inserir no final da  
334 cartilha *links* com as informações detalhadas; vii) substituir no texto a expressão “não-  
335 governamental” por “sociedade civil”; 02) Sugerir as Comissões que incluam em suas pautas, para

336 2019, o estudo sobre o aprimoramento do IGD (Criar uma linha de ação do que precisa ser revisto);  
337 03) Divulgar, nas mídias sociais, as boas práticas sobre a utilização do IGD (pequenos vídeos de  
338 dois minutos); 04) Utilizar as ferramentas tecnológicas para disseminar as informações e formações,  
339 utilizando os documentos existentes; 05) A nova versão será ser apresentada na reunião de  
340 fevereiro/2019; 06) Fazer levantamento sobre como usar o recursos, prestação de contas e tribunais  
341 de contas (solicitar auxílio ao FNAS). Não havendo nenhuma manifestação, o relato da Reunião  
342 Conjunta da Comissão de Financiamento e Orçamento e Comissão de Acompanhamento aos  
343 Conselhos da Assistência Social foi aprovado por unanimidade. A Sra. Vera Jordão, CMAS/São  
344 Luiz/MA, informou que lhe foi negada uma cópia da carta à nova gestão da Política de Assistência  
345 Social e afirmou que ficou muito contrariada diante essa questão, uma vez que gostaria de realizar  
346 algumas contribuições. A Vice-Presidente Karoline Aires Ferreira justificou que a negativa foi  
347 devido o documento em discussão ainda não ser desse Conselho, porém, afirmou que gostaria muito  
348 que a mesma contribuísse com o documento. **ENCERRAMENTO 07/11/2018:** A Vice-Presidente  
349 Karoline Aires Ferreira agradeceu a presença de todos e encerrou o primeiro dia da 270ª Reunião  
350 Ordinária do CNAS **ABERTURA: 08/11/2018:** Com o atraso da Vice-Presidente Karoline Aires  
351 Ferreira por motivos de saúde, a Sra. Maria das Mercês de Avelino Carvalho iniciou o segundo dia  
352 da 270ª Reunião Ordinária do CNAS cumprimentando a todos e realizou a verificação do quórum.  
353 A Vice-Presidente Karoline Aires Ferreira desculpou-se pelo atraso e passou a apresentação do  
354 Cenário atual dos serviços e atendimentos à População em Situação de Rua, convidando a Sra.  
355 Raiane Alcântara, Representante do Departamento de Proteção Social Especial – DPSE/SNAS e o  
356 Sr. Rafael Machado, Representante do Movimento Nacional de População em Situação de Rua para  
357 compor a mesa. A Sra. Raiane Alcântara apresentou as ofertas de serviços por unidade de referência  
358 referente à Proteção Social Básica – PSB, à Proteção Social Especial de Média Complexidade e à  
359 Proteção Social Especial de Alta Complexidade, destacando que existem 107.567 famílias em  
360 situação de rua inseridas no Cadastro Único segundo os dados de setembro/2018. Postulou que os  
361 desafios gerais do SUAS no atendimento à população em situação de rua são: i) Permanência de  
362 uma cultura ainda pautada pela intolerância, discriminação e preconceito, que criminaliza e  
363 culpabiliza o indivíduo/família pela situação vivenciada; ii) Política repressiva, de controle, práticas  
364 higienistas, de “limpeza social”, de isolamento social, violência institucional; iii) Ofertas  
365 assistencialistas de caráter tutelador; iv) Falta de uma contagem e perfil nacional feitos pelo IBGE;  
366 v) Alargar e aprofundar o conhecimentos sobre a heterogeneidade e diversidade dessa população

367 nos territórios; vi) Muitas vezes a pessoa é apenas cadastrada n o CadÚnico, sem o devido  
368 atendimento/acompanhamento pela Rede Socioassistencial; vii) Dificuldade de acesso às políticas  
369 setoriais e transversais, do sistema de justiça e de garantia de direitos, das redes comunitárias, da  
370 sociedade civil,tendo seus direitos negados, inclusive pela Política de Assistência Social; viii)  
371 Dificuldade de institucionalização das articulações intersetoriais com definição de processos de  
372 trabalho, fluxos e protocolos, ficando à mercê da personificação de cada gestão; ix) As ofertas  
373 disponíveis são insuficientes para atender à demanda; x) Os serviços ofertados, muitas vezes, têm  
374 baixa qualidade: estrutura física das unidades socioassistenciais; acessibilidade e tecnologias  
375 assistivas para pessoas com deficiência; gestão dos serviços; planejamento; processos de trabalho;  
376 metodologias do trabalho social; recursos humanos; capacitações e educação permanente;  
377 monitoramento e avaliação; participação ativa dos usuários/as; cofinanciamento nas três esferas de  
378 governo; potencializar a defesa de direitos e o incentivo a mobilização e participação social;  
379 articulação dentro da rede socioassistencial, dentre outros; xi) Integração da PSE com a PSB:  
380 Regular o Benefício Eventual de Aluguel Social e orientar quanto ao Trabalho Social; xii) Maior  
381 articulação e trabalho integrado entre os Serviços de PSE de Média e Alta Complexidade:  
382 Abordagem Social, Centro Pop, CREAS, Centro-Dia e Serviços de Acolhimento; xiii) “Perfil” dos  
383 profissionais que atuam no atendimento direito da população em situação de rua; xiv)  
384 Desconhecimento sobre a atuação de cada ator da rede dificulta o trabalho e a articulação; xv)  
385 Integração como SUS; xvi) Integração com SISAN (Segurança Alimentar e Nutricional); xvii)  
386 Integração com a Habitação. Relatou que, segundo o Censo SUAS 2017, existem 8.292 unidades de  
387 CRAS; 1.227 Equipes Volantes, 123 lanchas, 4.971 Serviços de Convivência e Fortalecimento de  
388 Vínculos – SCFV; 8.026 Centros de Convivência. Com relação ao Programa ACESSUAS Trabalho,  
389 explanou que 1.003 municípios recebem o cofinanciamento federal. Expôs sobre os serviços  
390 realizados pela Proteção Social Especial de Média Complexidade e pela Proteção Social Especial de  
391 Alta Complexidade e destacou as últimas ações/eventos que foram realizados e as estratégias que  
392 estão sendo elaboradas para superar os desafios, finalizando a sua apresentação. O Sr. Rafael  
393 Machado iniciou a sua apresentação saudando a Sra. Maria Lúcia, que solicitou a inclusão dessa  
394 pauta devido à população em situação de rua não ter sido habilitada para concorrer à eleição da  
395 Sociedade Civil do CNAS, registrando a sua indignação. Salientou que não existem dados legítimos  
396 atualizados sobre a população em situação de rua e que, a operacionalização dos Centros Pops não é  
397 como está na tipificação. Compreendeu que o Pleno do CNAS precisa se debruçar sobre a política

398 para a população em situação de rua que ainda é um público prioritário da Assistência Social,  
399 observando que não houve mais a expansão dos serviços. Informou que o Movimento estará  
400 realizando um encontro na região nordeste para o fortalecimento da população em situação de rua,  
401 solicitando o apoio do CNAS para fortalecer essa população, para prepará-la para a situação futura.  
402 Executado um vídeo sobre a sua história de vida, postulou que as entidades que representam a  
403 população devem ser unidas e agradeceu pela existência das assistentes sociais, finalizando a sua  
404 apresentação. O Conselheiro Bruno Henrique Benfica da Câmara Pinto sugeriu que o Sr. Rafael  
405 Machado elaborasse um vídeo com a explanação realizada após a execução desse vídeo e a Vice-  
406 Presidente Karoline Aires Ferreira agradeceu pela explanação, afirmando que a mesma motiva  
407 estarem lutando a favor dos usuários da Assistência Social. O Sr. Ivanilson entendeu que é  
408 necessário fortalecer o SUAS com a participação do público a qual se destina e solicitou que o  
409 MDS e o CNAS fiscalizem os serviços de acolhimento que funcionam como albergues. Ponderou  
410 que é necessário ter um cuidado e fiscalizar o ACESSUAS Trabalho, para saber se realmente estão  
411 sendo atendido o público alvo e destacou sobre o recurso insuficiente repassados aos serviços.  
412 Articulou que é fundamental que os trabalhadores tenham a consciência que é parte fundamental na  
413 formação e emancipação da população em situação de rua. O Conselheiro Benedito Augusto de  
414 Oliveira ilustrou que não observaram nenhuma campanha esclarecendo quem é a população em  
415 situação de rua na mídia e colocou o CNAS a disposição para realizar uma ação de comunicação,  
416 como uma cartilha. A Sra. Yara, Representante do Movimento Nacional da População em Situação  
417 de Rua, externou a sua preocupação com o cenário político e compreendeu que é muito importante  
418 se unirem para garantir os direitos da população em situação de rua. A Conselheira Irene Rodrigues  
419 da Silva, Representante da Confederação dos (as) Trabalhadores (as) no Serviço Público Municipal  
420 - CONFETAM/CUT, agradeceu pelo momento vivido de reconhecimento dos trabalhadores e a  
421 Sandra Regina Ferreira Barbosa, Representante da Federação Nacional dos Empregados em  
422 Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas – FENATIBREF, intuiu que todos os presentes  
423 ficaram muito sensibilizados com a explanação do Sr. Rafael Machado e discorreu que existem  
424 alguns pontos que estão avançando, exemplificando os mesmos. A Conselheira Margareth Alves  
425 Dallaruvera explicou que precisam ter cuidado em generalizar todos os trabalhadores e discorreu  
426 que é necessário dar visibilidade aos movimentos e a Conselheira Solange Bueno agradeceu a  
427 presença dos convidados e entendeu que precisam estar unidos e dialogando como usuários,  
428 afirmando que estão à disposição. O Conselheiro Clóvis Alberto Pereira relatou que, cada vez que

429 uma pessoa em situação de rua sofre uma ameaça, a sociedade tem uma parcela de culpa, tendo em  
430 vista que existe uma tentativa de desconstrução da humanidade e afirmou que a Sociedade Civil  
431 sempre estará disposta a ouvi-los e a caminhar junto. A Conselheira Renata Aparecida Ferreira,  
432 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, reforçou que o Encontro Nacional  
433 de População em Situação de Rua foi um momento muito importante para a Proteção Social Básica,  
434 visto que fizeram o reconhecimento de quanto ainda precisam se posicionar sobre essa população.  
435 Relatou que todas as normativas da Proteção Social Básica deixam claro o seu papel com a  
436 população em situação de rua, porém, explanou que os municípios não trazem essa prioridade no  
437 escopo da política. Informou que assumiram o compromisso, no Encontro Nacional, de produzir um  
438 informativo técnico que sensibilize a parte técnica sobre a importância e a responsabilidade dos  
439 municípios no atendimento da população em situação de rua na Proteção Social Básica até o final  
440 desse ano. Afirmou que o Programa ACESSUAS Trabalho já prevê o atendimento a população em  
441 situação de rua, sugerindo alinhar um planejamento para entendimento sobre esse programa para o  
442 movimento. A Conselheira Ivone Maggioni Fiore, Representante da Federação Nacional das  
443 Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – FENAPAES, comentou que os trabalhadores e a  
444 própria Política de Assistência Social são marginalizados e criminalizados e intuiu que devem  
445 trabalhar conjuntamente em prol da inclusão social. A Sra. Márcia Viana, Coordenadora-Geral da  
446 Proteção Social Especial de Média Complexidade, reforçou o compromisso institucional da SNAS e  
447 salientou sobre a necessidade de fortalecer a agenda. Com relação à capacitação e a formação  
448 continuada dos trabalhadores, afirmou que estão realizando um grande esforço para disponibilizar  
449 materiais e produzir orientações técnicas e informes. A Sra. Raiane Alcântara explicou que os  
450 grupos de trabalho formados no âmbito do MDS possuem o objetivo de operacionalizar as  
451 demandas apresentadas pelo movimento e pela Sociedade Civil. O Sr. Ivanilson explanou que não  
452 foi a sua intenção generalizar todos os trabalhadores, afirmando que sabe sobre a existência do  
453 compromisso de alguns trabalhadores e reforçou a importância do CNAS ou da SNAS apoiar o  
454 encontro na região nordeste. O Sr. Rafael Machado agradeceu a todos os conselheiros e arrazoou  
455 que gostaria que fosse elaborado um encaminhamento desse Pleno e a Conselheira Margareth Alves  
456 Dallaruvera compreendeu não possuem condições de elaborar um encaminhamento nesse momento,  
457 propondo que essa pauta seja encaminhada a Comissão de Política da Assistência Social, para que  
458 seja proposto um encaminhamento estruturado. A Vice-Presidente Karoline Aires Ferreira  
459 concordou com a proposta realizada e arrazoou que existe a necessidade de trabalhar a questão do



460 apoio ao encontro da região nordeste, sendo que podem indicar um representante do CNAS para  
461 participar do mesmo. Prosseguindo para o relato da Reunião da Presidência Ampliada realizada no  
462 dia 06 de novembro de 2018, a Vice-Presidente Karoline Aires Ferreira elencou os participantes e  
463 membros da Secretaria Executiva presentes e relatou que foram debatidos os seguintes itens de  
464 pauta: Item I) Programação da Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS e CAS/DF: Dia  
465 10/12/2018: das 09h00min às 10h00min – Abertura; das 10h00min às 12h00min – Informes (CNAS,  
466 SNAS/MDS, CEAS e CAS/DF); das 12h00min às 14h00min – Almoço; das 14h00min às  
467 16h00min – Definição de uma agenda de prioridade para 2019; das 16h00min às 17h00min –  
468 Apresentação do mapeamento sobre recâmbio de adolescentes; as 17h00min – Encerramento; Item  
469 II: Programação da Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS – Tema “Perspectiva da  
470 Política de Assistência Social em face à nova conjuntura nacional”: Dia 11/12/2018: 08h00min –  
471 Credenciamento; das 09h00min às 10h00 – Solenidade de Abertura; das 10h00min às 11h30min –  
472 Mesa de Abertura “Perspectivas da Política de Assistência Social em face à nova conjuntura  
473 nacional”; das 11h30min às 12h30min – Debate; das 12h30min às 14h00min – Almoço; das  
474 14h00min às 14h30min – Informes sobre o BPC; das 14h30min às 17h00min – Mesa Temática: O  
475 Acórdão TCU 2404/2017; das 17h00min às 18h00min – Debates. Dia 12/12/2018: das 09h00min às  
476 12h00min – Oficinas (Oficina I – BPC; Oficina II – CadÚnico; Oficina III – Secretarias Executivas  
477 dos Conselhos de Assistência Social; Oficina IV – Orçamento da Assistência Social; Oficina V –  
478 Gestão; Oficina VI – Gestão do Trabalho; Oficina VII – Benefícios Eventuais; Oficina VIII –  
479 Controle Social); das 12h00min às 14h00min – Almoço; das 14h00min às 17h00min – Relato dos  
480 debates nas Oficinas; das 17h00min as 18h00min – Encerramento; Item III) Pauta da 271ª Reunião  
481 Ordinária do CNAS: Dia 13/12/2018: das 09h00min às 09h30min – Aprovação da ata da 270ª  
482 Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da 271ª Reunião Ordinária do CNAS; das 09h30min às  
483 10h00min – Informes da Presidência/Secretaria Executiva, MDS, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e  
484 Conselheiros; das 10h00min às 12h00min – Avaliação da Reunião Descentraliza e Ampliada do  
485 CNAS; das 14h00min às 17h00min – Relato do GT sobre o Projeto de Integração de sistemas de  
486 registros de informações das OSCs no SUAS. Dia 14/12/2018: das 09h00min às 17h00min -  
487 Capacitação para os Conselheiros Nacionais sobre Orçamento da Assistência Social; Item IV)  
488 Ofício Presidência/FUNAI. Encaminhamentos: 01) Sugestão de pautar a demanda na reunião do GT  
489 que será realizada em fevereiro ou março de 2019; 02) Informar à Diretoria da FUNAI que o GT  
490 será convocado para reunião em fevereiro ou março em virtude da intensa agenda do CNAS do final

491 de 2018; Item V) Ofício CEAS/SC nº 084/2018, que por meio da Comissão de Monitoramento às  
492 Deliberações das Conferências de Assistência do Conselho Estadual de Assistência Social de Santa  
493 Catarina, envia questionamento referente à realização de Conferência de Assistência Social.  
494 Encaminhamentos: 01) Solicitar audiência com o Ministro do MDS no dia 29/11 para tratar da  
495 convocação conjunta da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social, em caráter extraordinário;  
496 02) Responder ao demandante que o questionamento será apreciado no âmbito da comissão  
497 organizadora, quando da convocação da mesma; Item VI) Sugestão de elaboração de uma “carta de  
498 compromisso” aos candidatos à Presidência da República garantindo uma revisão desse orçamento  
499 para 2019, juntamente com os outros parlamentares. Encaminhamentos: 01) Informar à demandante  
500 que há um documento interconselhos, em construção, em defesa da Democracia Participativa e dos  
501 Direitos Humanos para uma manifestação conjunta sobre rumos e propostas para o fortalecimento  
502 de políticas públicas consideradas estratégicas para o desenvolvimento social do país apresentando-  
503 se demandas de uma pauta conjunta e prioritária, à equipe de transição do governo eleito; 02)  
504 Solicitar reunião com a equipe de transição no dia 29/11 para tratar dos assuntos afetos a Política  
505 Nacional de Assistência Social; 03) Elaborar uma carta de compromisso apresentado o CNAS,  
506 contendo dados/planilhas e argumentos sobre os serviços de atendimento (volume dos serviços, de  
507 usuários, de conselhos). Ampliar os argumentos do texto construído no âmbito da Comissão de  
508 Política da Assistência Social para o mesmo fim; Item VII) Convites: a) Ofício nº 130/2018 da  
509 Organização Nacional dos Cegos no Brasil por meio do qual solicita a indicação de um  
510 representante do CNAS para a “JORNADA AGORA BRASILEM MOVIMENTO ONCB”, no  
511 período de 7 a 9 de dezembro, em João Pessoa/PB. Encaminhamento: Indicado o Conselheiro  
512 Clóvis Alberto Pereira para representar o CNAS; b) Convite e programação enviados pela  
513 Federação Nacional dos Assistentes Sociais – FENAS: tempos de resistência, a ser realizada no  
514 período de 23 e 24 de novembro de 2018, no Rio de Janeiro. Encaminhamento: A Conselheira  
515 Maria Yvelônia participará da mesa de abertura representando o CNAS. A Presidência Ampliada  
516 sugere os nomes dos conselheiros: Benedito Augusto de Oliveira, representando os trabalhadores;  
517 Aldenora Gomes González, representando os usuários; Ivone Maggioni Fiori, representando as  
518 entidades; c) Seminário de Saúde Mental “Preparatório da 16ª Conferência Nacional de Saúde”.  
519 Encaminhamento: Indicada a conselheira Maria Yvelônia para representar o CNAS; d) IX  
520 Conferência Municipal dos direitos da criança e do adolescente de Curitiba, a ser realizada nos dias  
521 21 e 22 de novembro de 2018, das 09h às 17h, no Campus Ecoville da Universidade Positivo.

522 Encaminhamento: Indicação: Conselheiro Maurício Cunha; e) Encontro Estadual de Conselhos  
523 Municipais de Assistência Social do Maranhão “O Papel dos CMAS no Exercício do Controle  
524 Social do SUAS” nos dias 04 e 05 de dezembro de 2018 em São Luis/MA. Encaminhamento: A  
525 Presidente Norma Suely de Souza Carvalho confirmou disponibilidade de participação no evento; f)  
526 Encontro Técnico sobre a Proteção Social no SUAS para Pessoa com Deficiência”, que será  
527 realizado nos dias 27 e 28 de novembro de 2018, em Curitiba/PR. Encaminhamento: A Presidência  
528 Ampliada indicou o Conselheira Solange Bueno. Quanto às demais indicações, sugerir que eles se  
529 dirijam aos CMAS, uma vez que o CNAS não poderá deliberar sobre as indicações dos conselhos  
530 municipais; g) II Ato em Defesa do Orçamento do SUAS, no dia 7 de novembro às 9h, no Auditório  
531 Freitas Nobres Anexo IV – Subsolo da Câmara dos Deputados. Encaminhamento: Sugestão de  
532 alterar a pauta da 270ª Reunião Ordinária, no dia 07/11, para possibilitar a participação do CNAS a  
533 partir das 09h00min no Ato; h) Oficina Colaborativa sobre o Plano Individual de Atendimento  
534 (PIA) de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto” nos dias 26 e 27 de novembro de 2018, na  
535 SNAS. Indicação a definir; Item VII) Informes das reuniões da Comissões Temáticas: a) Comissão  
536 de Política da Assistência Social: i) Alteração da data do relato do dia 08 para o dia 07 das 16h às  
537 18h. Encaminhamentos: Aprovada a alteração; ii) Sugestão de encaminhar carta para o novo  
538 Ministro e convidá-lo para a plenária de fevereiro de 2019; b) Comissão de Acompanhamento aos  
539 Conselhos de Assistência Social: i) Apoio na definição dos palestrantes nas regionais.  
540 Encaminhamento: Os conselheiros nacionais presentes poderão participar das mesas e a Secretaria  
541 Executiva do CNAS ficará responsável por solicitar aos CEAS sede das Reuniões Regionais à  
542 indicação de palestrantes da região que tenham afinidade com os temas. Os conselheiros nacionais  
543 também ficarão responsáveis pelas rodas de conversa; c) Comissão de Normas da Assistência  
544 Social: i) Resolução para normatizar a publicização do CNPJ de entidades inscritas nos CMAS  
545 (caso de abrigamento de vítimas de violência). Encaminhamento: Retornar a Comissão de Normas,  
546 para buscar junto ao Judiciário e Direitos Humanos legislação sobre o sigilo quanto à proteção às  
547 vítimas de violência; d) Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências de  
548 Assistência Social: i) Reunião Extraordinária no dia 19/12/2018 da Comissão com os integrantes da  
549 Presidência Ampliada para consolidação do primeiro monitoramento realizado. Encaminhamento:  
550 Aprovada a sugestão da realização da reunião; e) GT Incidência Política: i) Solicitação de uma  
551 reunião no dia 20/12. Encaminhamento: Aprovada a solicitação. Após as manifestações dos  
552 conselheiros, o relato da Reunião da Presidência Ampliada foi aprovado com as seguintes alterações

553 no relato: i) Inclusão da Construção de uma Carta em Defesa do BPC na Programação da Reunião  
554 Descentralizada e Ampliada do CNAS do dia 11 de dezembro de 2018. (Conselheiros enviarão as  
555 contribuições até dia 05 de dezembro); ii) Indicada a Sra. Ana Lígia Gomes (BE) como convidada  
556 para Oficina I – BPC; iii) Exclusão das Oficinas III – Secretarias Executivas dos Conselhos de  
557 Assistência Social e V - Gestão; iv) Indicada a Sra. Ana Tojal como convidada para a Oficina VI –  
558 Gestão do Trabalho; v) Sugerida a inclusão das Secretarias Executiva dos Conselhos de Assistência  
559 Social na ementa da Oficina VIII – Controle Social; vi) Foi observado que se forem  
560 disponibilizadas mais salas, as oficinas da Secretaria Executiva e Controle Social serão realizadas  
561 separadamente e a oficina da Gestão retornará; vii) Indicada a Conselheira Vânia Maria Machado  
562 para representar o CNAS na Oficina Colaborativa sobre o Plano Individual de Atendimento (PIA)  
563 de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto” nos dias 26 e 27 de novembro de 2018, na SNAS;  
564 viii) Inclusão do Seminário Nacional de Prevenção combinada para População Trans no Rio Grande  
565 do Sul, no Item “Convite”, que convida a Conselheira Tathiane Aquino no período de 17 a 19 de  
566 novembro. Não havendo consenso da ampla maioria dos conselheiros sobre a viabilidade da  
567 participação da Conselheira Tathiane Aquino para o evento citado, a Presidência Ampliada se  
568 reuniu para discussão e logo em seguida retornou a Plenária, sendo que a Vice-Presidente  
569 Conselheira Karoline Aires Ferreira realizou a leitura do convite e não tendo informações concretas  
570 sobre a necessidade da participação do Conselho Nacional de Assistência Social e a ausência da  
571 conselheira para maiores esclarecimentos foi consensuado pela não representação desta Conselho  
572 no evento. Encaminhamento: Não aprovada representação do CNAS no evento. Em seguida passou  
573 ao relato da VII Reunião Ordinária da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência  
574 Social realizada no dia 06 de novembro de 2018, a Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins  
575 indicou os conselheiros e membros da Secretaria Executiva presentes e arrazouou que foram  
576 debatidos os seguintes itens de pauta: Item I) Informes sobre o Manual de Emendas do CNAS; Item  
577 II) Apresentação do Relatório do 3º trimestre de Execução Orçamentária e Financeira da Ação 8249  
578 – Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social. Encaminhamento: A Comissão sugere a  
579 Plenária à aprovação do Relatório do 3º trimestre de Execução Orçamentária e Financeira da Ação  
580 8249 – Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social; Item III) Definição da Pauta de  
581 fevereiro/2019: Apreciação do Relatório Final de Execução Orçamentária e Financeira do Fundo  
582 Nacional de Assistência Social para o exercício 2018; Informe da Lei Orçamentária Anual – LOA;  
583 Monitoramento de Execução da metas referentes ao exercício de 2018 do Programa Nacional de

584 Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS Trabalho conforme Resolução CNAS  
585 nº 19/2017; Revisão do Plano de Ação da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência  
586 Social com os encaminhamentos da Comissão de Monitoramento das Deliberações das  
587 Conferências Nacionais de Assistência Social; Definição da Pauta de março/2019. Realizados os  
588 esclarecimentos necessários e não havendo nenhuma manifestação contrária, o relato da VII  
589 Reunião Ordinária da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social foi aprovado  
590 por unanimidade. Retornando a Carta à Nova Gestão da Política de Assistência Social, foi realizada  
591 a leitura da mesma com as alterações realizadas e a Vice-Presidente Karoline Aires Ferreira colocou  
592 a para deliberação dos conselheiros, a qual foi aprovada com a seguinte redação: “*A Assistência*  
593 *social, como política pública consignadora de direitos sociais, é uma conquista da sociedade*  
594 *brasileira e inscreve-se no campo da proteção social, como uma estratégia institucional de*  
595 *ampliação da seguridade social e da agenda protetiva pública. Por meio da assistência social,*  
596 *direitos sociais constitucionalmente estabelecidos adquirem dimensão universal. A assistência*  
597 *social tem objetivos legais de garantir proteção social à família, à maternidade, à infância, à*  
598 *adolescência e à velhice; amparar as crianças e adolescentes carentes; promover a integração ao*  
599 *mercado de trabalho; promover a habilitação e a reabilitação das pessoas com deficiência e a*  
600 *promoção de sua integração à vida comunitária; a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício*  
601 *mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria*  
602 *manutenção ou de tê-la provida por sua família;a vigilância Socioassistencial, que visa analisar*  
603 *territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de*  
604 *ameaças, de vitimizações e danos; a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos*  
605 *direitos no conjunto das provisões socioassistenciais. A Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS*  
606 *estabelece o modelo descentralizado e participativo, com a gestão compartilhada entre os entes*  
607 *federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) regidos pelo pacto federativo, reconhece*  
608 *as diferenças culturais e socioterritoriais que configuram nossa Nação. Os resultados alcançados*  
609 *por esse modelo de gestão revelam a eficiência, efetividade e eficácia do SUAS que, de acordo com*  
610 *Política Nacional de Assistência Social, está voltado para a construção de uma visão de proteção*  
611 *social que reconhece, para além das necessidades da população, suas potencialidades, identifica*  
612 *forças nas diversas situações de vida, mostra-se capaz de reconhecer as diferenças sociais da*  
613 *população e por isso vem promovendo a redução da pobreza e da miséria de milhares de*  
614 *brasileiros (as) em situação de vulnerabilidade social. O Conselho Nacional de Assistência Social é*

615 *instância máxima de deliberação sobre a Política Nacional de Assistência Social que regula a*  
616 *prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social por meio da*  
617 *atuação de 36 representantes dos segmentos de entidades, usuários, trabalhadores e gestores*  
618 *nacional, estaduais e municipais. O controle social tem a responsabilidade de atuar na perspectiva*  
619 *emancipadora de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e das relações na busca do*  
620 *fortalecimento dos vínculos familiares. Os serviços ofertados dentre unidades públicas e privadas,*  
621 *contam com 19 mil entidades de assistência social parceiras e 11 mil unidades públicas – Centros*  
622 *de Referência de Assistência Social - CRAS, Centros de Referência Especializada de Assistência*  
623 *Social - CREAS, Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua-*  
624 *Centros Pop, que atendem aproximadamente 50 milhões de pessoas por ano (cadastrados no*  
625 *Cadastro Único) com ofertas para pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, vítimas de*  
626 *violência, negligência, pessoas com vínculos fragilizados ou rompidos, migrantes, crianças em*  
627 *trabalho infantil, entre outros, conforme tabela anexa. A atuação do Controle Social viabilizou o*  
628 *exercício democrático dessa Política Pública ao longo dos anos, resultando no II Plano Decenal*  
629 *2016-2026, construído com a participação de trabalhadores (as), usuários (as), entidades e*  
630 *gestores da política pública de assistência social na X Conferência Nacional de Assistência Social*  
631 *em 2016. Diante do exposto, o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, enquanto espaço*  
632 *de participação e controle social, guardião da Política Nacional de Assistência Social, convida-os*  
633 *para a continuidade de diálogo da agenda de aprimoramento institucional, fortalecimento e*  
634 *expansão da Política Nacional de Assistência Social.”. Prosseguindo para o relato da VIII Reunião*  
635 *da Comissão de Normas da Assistência Social realizada no dia 06 de novembro de 2018, a*  
636 *Conselheira Vânia Maria Machado elencou os conselheiros, convidados, ouvintes e membros da*  
637 *Secretaria Executiva presentes e explanou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item I)*  
638 *Apresentação do Departamento da Rede Sociassistencial Privado do SUAS – DRSP/MDS do 3º*  
639 *relatório trimestral/2018 com as informações sobre os processos de certificação de Entidades de*  
640 *Assistência Social, conforme disposto do Art. 1º da Resolução CNAS nº 18/2011.*  
641 *Encaminhamentos: 01) Encaminhar o 3º Relatório trimestral/2018 com as informações sobre o*  
642 *processo de certificação de Entidades de Assistência Social apresentado pelo DRSP, para os*  
643 *Conselhos Estaduais de Assistência Social e para o CAS-DF, conforme disposto no Art. 3º*  
644 *Parágrafo 2º da Resolução CNAS nº 18/2011; 02) Encaminhar a apresentação do Departamento da*  
645 *Rede Socioassistencial Privada do SUAS – DRSP/MDS do 3º Relatório trimestral/2018 com as*

646 informações sobre o processo de certificação de Entidades de Assistência Social para os  
647 conselheiros; 03) Marcar, para a próxima reunião, uma apresentação do MDS sobre o processo de  
648 certificação de entidade que prestam serviços de acolhimento de idosos, incluindo a socialização do  
649 Parecer da CONJUR/MDS entre os membros da Comissão de Normas; 04) Apresentação da  
650 Plataforma de Cidadania Digital que irá abrigar entre outros serviços, os processo de certificação do  
651 CEBAS; Item II) Informes: a) Resposta de CMAS de Montes Claros em relação ao questionamento  
652 sobre a oferta de Serviço de Proteção Social Especial na modalidade Centro-Dia. Encaminhamento:  
653 Colocar a resposta do questionamento de Montes Claros/MG no Perguntas e Respostas do CNAS;  
654 b) Parecer N°00847/2018/CONJUR/MDS/CGU/AGU, sobre ao questionamento apresentado pelo  
655 CMAS de Arapiraca - AL, o qual solicita esclarecimento quanto à possibilidade de o cargo de  
656 Presidente de entidade ser de caráter vitalício. Encaminhamento: Os conselheiros da Comissão de  
657 Normas entendem que essa discussão deve ser feita de forma ampliada e qualificada, com a  
658 presença de um membro da CONJUR/MDS, para a construção do entendimento do tema em  
659 consulta; c) Grupo de Trabalho sobre o Projeto de Integração de Sistemas de Registro de  
660 Informações das OSCs no SUAS. Como os trabalhos do GT não encerraram, foi publicada no DOU  
661 a prorrogação de prazo dos trabalhos por meio da Resolução CNAS nº 24/2018, de 31 de outubro de  
662 2018, que prorroga por até 120 (cento e vinte) dias o prazo para apresentação do relatório final à  
663 Plenária do CNAS; Item III) Apreciação do *e-mail* de Sumaré/SP sobre a publicação de inscrição de  
664 entidades que prestam serviço de acolhimento a mulheres vítimas de violência. Encaminhamentos:  
665 A Comissão de Normas irá elaborar uma minuta de Resolução CNAS para disciplinar a  
666 excepcionalidade da publicização do CNPJ das entidades que prestam serviços socioassistenciais a  
667 pessoas vítimas de violência no Distrito Federal e municípios. Este ponto foi levado à consideração  
668 da Presidência Ampliada e a expectativa é de que a minuta de Resolução possa ser aprovada na 271ª  
669 Reunião Ordinária do CNAS, em dezembro de 2018; Item VI) Apreciação do e-mail do Rio de  
670 Janeiro sobre a rejeição de alguns Municípios em relação às OSCIPS. Encaminhamento: A  
671 Secretaria Executiva irá elaborar uma minuta de resposta junto com a Conselheira Marília Paiva do  
672 DRSP/MDS sobre fatos narrados pelo representante da OSCIP; Item V) Continuação da Revisão do  
673 Plano de Ação da Comissão de Normas. Esse ponto será apreciado na Reunião Ordinária de  
674 Fevereiro de 2019; Item VI) Análise do levantamento sobre questionamentos que chegam dos  
675 CMAS e CEAS à Coordenação de Normas para aprimoramento do fluxo de informações. Esse  
676 ponto será apreciado na Reunião Ordinária de Fevereiro de 2019; Item VII) Reunião Conjunta entre

677 a Comissão de Normas e Comissão de Política, no dia 06 novembro de 2018, de 14h00min as  
678 16h00min, para revisão da Resolução CNPCP N° 2, de 08 de agosto de 2017, que dispõe sobre o  
679 encaminhamento de cópia de auto de prisão em flagrante delito de mulheres grávidas, lactantes e  
680 com filhos até 12 anos incompletos ou deficientes. (Pauta solicitada e aprovada na Plenária de  
681 outubro/2018); Item VIII) Definição da pauta da reunião Fevereiro/2019: Continuação da Revisão  
682 do Plano de Ação da Comissão de Normas; Análise do levantamento sobre questionamentos que  
683 chegam dos CMAS e CEAS à Coordenação de Normas para aprimoramento do fluxo de  
684 informações; Apresentação do MDS sobre o processo de certificação de entidade que prestam  
685 serviço de acolhimento a idosos, incluindo a socialização do Parecer da CONJUR entre os membros  
686 da Comissão de Normas; Apresentação da Plataforma de Cidadania Digital que irá abrigar entre  
687 outros serviços, os processos de certificação do CEBAS; Apresentação do Departamento da Rede  
688 Socioassistencial Privada do SUAS-DRSP/MDS do 4º relatório trimestral/2018 e relatório  
689 anual/2018, com as informações sobre os processos certificação de Entidades de Assistência Social,  
690 conforme disposto no art. 1º e art. 3º da Resolução CNAS nº18/2011. Após os conselheiros  
691 externarem as suas opiniões, o relato da VIII Reunião da Comissão de Normas da Assistência  
692 Social foi aprovado com as seguintes alterações: i) Inclusão do seguinte encaminhamento no  
693 informe sobre o Parecer N°00847/2018/CONJUR/MDS/CGU/AGU, sobre ao questionamento  
694 apresentado pelo CMAS de Arapiraca - AL, o qual solicita esclarecimento quanto à possibilidade de  
695 o cargo de Presidente de entidade ser de caráter vitalício: Encaminhar aos conselheiros do CNAS o  
696 Parecer N°00847/2018/CONJUR/MDS/CGU/AGU, para conhecimento; ii) Exclusão de todos os  
697 encaminhamentos do Item III e inclusão do seguinte encaminhamento: O ponto irá retornar a  
698 comissão de Normas para buscar junto ao Judiciário e Direitos Humanos legislação sobre o sigilo  
699 quanto à proteção às vítimas de violência. **ENCERRAMENTO 08/11/2018:** A Vice-Presidente  
700 Karoline Aires Ferreira agradeceu a presença de todos e encerrou a 270ª Reunião Ordinária do  
701 CNAS.

702

703

704

**Karoline Aires Ferreira**

705

**Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS – Em exercício**

706

707



708  
709

Brasília,  
Novembro de 2018.